

PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XXI: COOPERAÇÃO BILATERAL E DESDOBRAMENTOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA (2003-2014)

BRAZIL-ARGENTINE STRATEGIC PARTNERSHIP IN THE 21ST CENTURY: BILATERAL COOPERATION AND DEVELOPMENTS FOR SOUTH AMERICAN INTEGRATION (2003-2014)

Jéssica Maria Grassi | jessicamgrassi@hotmail.com | Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora substituta na Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Lucas Kerr Oliveira | lucas.oliveira@unila.edu.br | Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Recebimento do artigo Agosto de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

Resumo: O artigo analisa a atuação conjunta de Brasil e Argentina, durante os governos Lula-Dilma e os governos Kirchneristas, para impulsionar a integração na América do Sul. Defende-se que a parceria estratégica argentino-brasileira foi o núcleo da integração sul-americana no período analisado, da mesma forma em que a integração regional foi fundamental para o fortalecimento da parceria bilateral. Entretanto, estas (a parceria e a integração) vêm sendo paulatinamente enfraquecidas nos últimos anos com as mudanças de governo nos dois países. O trabalho parte de uma revisão bibliográfica sobre o tema, assim como dos documentos oficiais do período proposto para analisar a agenda integracionista na parceria estratégica bilateral. **Palavras-chave:** Parceria Estratégica; Brasil-Argentina; América do Sul; Integração Regional.

Abstract: This paper investigates the Brazil and Argentina partnership during the Lula-Dilma and Kirchnerist governments to promote integration in South America. It is argued that the Argentine-Brazilian strategic partnership was the core of South American integration in the analyzed period, in the same way that regional integration was fundamental for the strengthening of the bilateral partnership. However, these (partnership and integration) have been gradually weakened in recent years with the changes in government in both countries. The research began with a bibliographic review on the subject and from official documents from this period to analyze the integrationist agenda in the bilateral strategic partnership. **Keywords:** Strategic Partnership; Brazil-Argentina; South America; Regional Integration.

INTRODUÇÃO

Este artigo explora a atuação conjunta de Brasil e Argentina para impulsionar a integração na América do Sul durante os governos Lula-Dilma, no Brasil, e os governos Kirchneristas, na Argentina. Sob uma perspectiva histórica, pode-se afirmar que as tentativas de construção de processos integracionistas na América Latina não são recentes, a despeito das peculiaridades de cada período, pode-se afirmar que se desenvolvem desde os processos de independência dos países, na forma de movimentos unionistas e propostas pan-federalistas regionais ou continentais.

No século XX, na América do Sul, um efetivo processo integracionista foi possível a partir da aproximação e consolidação da parceria estratégica entre Argentina e Brasil. Os dois Estados buscaram superar séculos de rivalidades, desconfianças e disputas geopolíticas nas quais estavam engajados até os anos 1970. Assim, especialmente a partir do Tratado Tripartite Itaipu-Corpus (1979) - que solucionou a principal contenda regional pelo controle dos recursos hídricos do Rio Paraná - e da Guerra das Malvinas (1982) - na qual o Brasil apoiou a causa argentina -, iniciaram uma série de processos de cooperação em diversas áreas, da nuclear à econômica. Foi a partir desse processo, que se criou o Mercosul, em 1991, ainda hoje um dos mais importantes mecanismos de integração na região.

Em agosto de 2000, por iniciativa brasileira, se reuniram em Brasília os doze Chefes de Estado da América do Sul para a I Reunião dos Presidentes Sul-Americanos. Naquela ocasião, acordaram pelo aprofundamento da integração regional, agregando outras áreas para

além da econômico-comercial, como o campo da infraestrutura, ao reconhecer os limites da integração comercial sem uma base logística. Com isso, criaram a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹, formalizada em seguida, na II Reunião dos Presidentes Sul-Americanos, em 2002 (COUTO, 2006; PADULA, 2010; COSTA, 2011; JAEGER, 2014; KERR OLIVEIRA, 2014; KERR OLIVEIRA; MARQUES 2015).

A partir dos governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), no Brasil, e Néstor Kirchner (2003-2007), na Argentina, - e após um período crítico para as relações bilaterais e regionais no final dos anos 1990 - observou-se o aprofundamento das relações entre os dois vizinhos, que passaram a encontrar-se mais regularmente e estreitar as conversações. Nesse sentido, o tema da integração regional foi amplamente discutido entre os dois presidentes, demonstrando a disposição destes em trabalharem conjuntamente para consolidar e avançar com os processos integracionistas sul-americanos.

Assim, pode-se considerar que, nos anos 2000, observou-se na América do Sul o aprofundamento do integracionismo, com o revigoramento do Mercosul, a criação da IIRSA e da Unasul e de mecanismos de cooperação e integração em áreas que até então não faziam parte das agendas integracionistas multilaterais na região, como segurança e defesa, infraestrutura, energia, saúde, educação, desenvolvimento social. A partir destas considerações, o artigo busca analisar a agenda da integração regional na parceria estratégica entre Brasil e Argentina, mais especificamente durante os governos Lula-Dilma e Néstor-Cristina Kirchner.

Para o desenvolvimento desta análise, parte-se do pressuposto de que a parceria estratégica entre os dois países foi, neste período, o principal motor impulsionador da integração sul-americana, no sentido de que os dois países trabalharam conjuntamente para impulsionar e aprofundar a integração sul-americana. Da mesma forma, o fortalecimento da integração regional serviu para robustecer a parceria bilateral. Entretanto, com as mudanças de governos – e das suas agendas políticas - em ambos os países, especialmente a partir de 2015-2016, essa parceria foi sendo enfraquecida, notando-se relativo afastamento entre os dois países, os quais reduziram o esforço político-diplomático em prol da integração regional.

Destaca-se que não se pretende fazer aqui uma extensa análise acerca da participação conjunta desses países no que diz respeito a todos os processos integracionistas, devido à amplitude do tema e das inúmeras variáveis que precisariam ser consideradas para desenvolver um estudo realmente aprofundado. Desenvolve-se uma pesquisa panorâmica no âmbito da questão proposta, com o intuito também de contribuir com as futuras agendas de pesquisa na área. A análise do tema dar-se-á por meio dos acordos e declarações oficiais bilaterais, utilizando-se de documentos disponíveis nos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, do período entre 2003 e 2014², que mencionavam de forma proeminente questões relativas à integração regional. Ademais, o artigo será sustentado por revisão de literatura especializada, recuperando os principais estudos sobre o assunto.

Diante disso, busca-se analisar as intenções de ambos os países, as visões comuns, as prioridades definidas, o diálogo construído e o trabalho conjunto para o fortalecimento da integração regional. Pretende-se compreender também o papel da integração na agenda na parceria estratégica intensificada pelos países no período. Diante disso, para organizar a exposição do estudo, quatro seções são apresentadas a seguir. Na primeira, analisa-se a parceria estratégica aprofundada no decorrer dos governos Lula e Néstor Kirchner; na segunda, as relações entre os dois países durante o segundo mandato do governo Lula que coincidiu com a presidência de Cristina Fernández de Kirchner na Argentina; após, as relações durante o governo de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner. Por fim, serão feitas algumas considerações sobre as dificuldades enfrentadas no que diz respeito às relações bilaterais e a integração regional nos últimos anos (especificamente a partir de 2015-2016).

¹ Posteriormente, em 2009, incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) no âmbito da Unasul, os projetos da IIRSA passaram a contar com maior influência político-estratégica dos Estados sul-americanos, podendo mesmo ser considerada, uma das mais importantes iniciativas para impulsionar a integração regional das últimas décadas (COUTO, 2006; PADULA, 2010; COSTA, 2011; JAEGER, 2014; KERR OLIVEIRA, 2014; KERR OLIVEIRA; MARQUES, 2015).

² Ressalta-se que se optou por delimitar o período para a análise dos documentos oficiais entre 2003 e 2014, para envolver os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2006; 2007-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), assim como os períodos em que Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011; 2012-2015) permaneceram na Presidência Argentina. No entanto, no período de realização desta pesquisa, não foram encontrados nos sites oficiais dos Ministérios de Relações Exteriores de ambos os países documentos dos anos de 2010, 2012 e 2014.

REVIGORAMENTO DAS RELAÇÕES BILATERAIS: A PARCERIA ESTRATÉGICA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL DURANTE AS PRESIDÊNCIAS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E NÉSTOR KIRCHNER (2003-2006)

Com a ascensão simultânea de governos mais progressistas³ tanto no Brasil como na Argentina, observou-se maior autonomia de ambos os países nas suas relações com os Estados Unidos, a busca pelo fortalecimento da integração sul-americana com um viés além do econômico-comercial e a retomada de uma forte aproximação entre Brasil e Argentina (VISENTINI, 2008, 2010; COUTINHO, 2012; OLIVEIRA, 2012). Logo, com os presidentes Néstor Kirchner (2003-2007) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi possível recuperar a parceria estratégica estabelecida nos anos 1980 com José Sarney (1985-1990) e Raúl Alfonsín (1983-1989) (SARAIVA, 2012; GRASSI, 2019a, 2019b).

Importa mencionar que o termo ‘parceria estratégica’ tem sido utilizado de forma pouco precisa nos últimos anos. Como aponta Lessa (2009, p. 100), o termo passou a ser “um rótulo, com que se brinda nas visitas de Estado e sob o qual se firmam convenções internacionais”, utilizado, frequentemente, como um mero recurso diplomático. Fato é que todas as parcerias não podem ser estratégicas. Assim, nesse artigo, parceria estratégica pode ser compreendida como:

[...] relações bilaterais prioritárias de longo prazo, estabelecidas com os principais parceiros regionais ou globais. Esta pode possuir uma agenda de trabalho abrangente, podendo passar por um amplo espectro de meios (político-institucionais, diplomáticos, econômico-comerciais, militares, tecnológicos, sociais e/ou culturais). Ademais, costumam se destacar por fatores históricos, geopolíticos, geográficos e/ou identitários, pela sua profundidade e especificidade. Nessa perspectiva, salienta-se que a consolidação de uma parceria estratégica depende também do reconhecimento do outro como parceiro essencial, de um sentimento recíproco de amizade e confiança, [...] de interesses e/ou desafios compartilhados, do revigoramento do diálogo e da busca por pontos de acordo sempre que possível. (GRASSI, 2019b, p. 634-635).

Quando se trata das relações estabelecidas entre Brasil e Argentina, estas alcançaram o status de uma parceria estratégica desde os anos 1980, o qual se mantém desde então (LAFER, 1997; ESCUDÉ, 1999; ALMEIDA, 2004; JAGUARIBE, 2004; RAPOPORT; MADRID, 2011; SARAIVA, 2013; DIAS, 2017; GRASSI, 2019b). Nos anos 2000 ocorreu o revigoramento das relações bilaterais, com o relançamento da parceria estratégica, e a integração regional recebeu um tom de prioridade por ambos os governos, que intensificaram os trabalhos conjuntos no âmbito do Mercosul (CEPIK; JORNADA; BORBA, 2012).

Cabe destacar que nesse período, no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores passa por uma reorganização interna, quando se cria a Subsecretaria-Geral para América do Sul (SGAS), a qual passou a reunir o Departamento de América do Sul (DAS I e II), Departamento de Integração, Departamento de Negociações Internacionais e Departamento de México, América Central e Caribe. Essa criação demonstra a prioridade dada pela diplomacia brasileira à região (MARIANO; MENEZES, 2021).

Com relação ao Mercosul, os parceiros identificavam que o bloco deveria se caracterizar pela visão multidimensional. Desse modo, enfatizavam sua intenção de impulsionar a união aduaneira, fomentar a competitividade e movimentar-se no sentido da diminuição das assimetrias entre os países, da promoção de investimentos e da coordenação macroeconômica, mas considerando também as áreas sociais e produtivas do bloco (GRANATO, 2012).

Em outubro de 2003, foi firmado o Consenso de Buenos Aires, no qual, além de reiterarem sua disposição de buscar acordos equilibrados para incrementar as ligações do Mercosul e convergirem em continuar as negociações da ALCA por meio do bloco, os países entenderam que:

A integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos. (BRASIL; ARGENTINA, 2003, p. 3, grifo nosso).

³ Baseados na ideia de progresso e do resgate do papel estatal com indutor do crescimento socioeconômico, busca-se o desenvolvimento econômico, político, científico, tecnológico, mas também o social. Ademais, pretende-se desenvolver uma política externa mais autônoma frente às potências mundiais. Contrário ao conservadorismo.

⁴ As relações com os Estados Unidos não entraram em um período de total afastamento, mas se observa maior autonomia de ambos os países com relação à potência (VISENTINI, 2008; COUTINHO, 2012; OLIVEIRA, 2012). No entanto, deve-se levar em conta que após o 11 de setembro, com a Guerra ao Terror, a América Latina passou a ter papel marginal na agenda internacional dos EUA (PAGLIARI, 2006).

Observa-se desde as primeiras declarações conjuntas desse período o compromisso com a integração regional e a visão compartilhada de que um coeso bloco geopolítico sul-americano garantiria a melhor inserção e ingerência dos países no sistema internacional. Essa perspectiva é reforçada pelo então Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Rafael Bielsa:

Em um mundo em que se acentuaram a incerteza, os riscos e as assimetrias, mover-nos com seriedade dentro das margens de autodeterminação existentes requer o fortalecimento da cooperação, da solidariedade e da harmonização de posições com países com os quais compartilhamos interesses, valores e visões. Em um espaço global interdependente, a capacidade de atuar de maneira concertada – de trabalhar em comum – numa lógica de soma positiva, é um recurso de poder que devemos ser capazes de aproveitar e maximizar. (BIELSA, 2004, p. 6).

Com relação ao Mercosul, ambos os países coincidiram na importância do bloco não se restringir apenas às questões comerciais, mas se constituir como “um espaço catalisador de valores, tradições e futuros compartilhado, sendo necessário seu fortalecimento, o aperfeiçoamento de suas instituições, a promoção da participação da sociedade civil e a incorporação de novos países” (CORTES; CREUS, 2009, p. 129, tradução nossa). Os vizinhos se propuseram a fortalecer o bloco, se comprometeram em sustentar a democracia, combater a pobreza, a desigualdade, o desemprego e o analfabetismo (RAPOPORT, 2017).

Em março de 2004 foi assinada a Ata de Copacabana durante a visita do presidente argentino ao Brasil. Nela, Lula e Kirchner estabeleceram o dia 30 de novembro como o Dia da Amizade Argentino-Brasileira, em comemoração ao encontro de Alfonsín e Sarney em 1985. Nessa ocasião também trataram de temas como o estreitamento dos vínculos bilaterais, o estabelecimento de consulados conjuntos e o avanço de obras de infraestrutura (CORTES; CREUS, 2009). Esse documento demonstrou a importância da relação estratégica entre os dois países, com a proposição de estreitar os vínculos bilaterais e melhorar o diálogo e a cooperação em diversas áreas de interesse mútuo (TABORDA; ROLANDO; FLORO, 2010)

Além disso, nesse encontro, os dois países assinalaram a determinação para a conclusão do Acordo de Associação Birregional com a União Europeia e manifestaram a satisfação pelo avanço das negociações para o acordo comercial entre o Mercosul e a Índia. Também coincidiram que, durante aquele ano, Brasil e Argentina iriam impulsionar o Mercosul, de modo que o bloco pudesse dar:

[...] passos significativos nas áreas comercial, econômica e política, conforme o Programa de Trabalho aprovado na Cúpula de Montevideu, em dezembro de 2003. Nesse sentido, deverão ser finalizados prontamente os anexos ao Acordo de Livre Comércio com a Comunidade Andina de Nações (CAN), firmado naquela ocasião. A partir do *aprofundamento das relações entre o Mercosul e a CAN, se buscará a construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações*. (BRASIL; ARGENTINA, 2004, p. 2, grifo nosso).

A assinatura dos documentos mencionados (Consenso de Buenos Aires e da Ata de Copacabana) demonstra a importância da parceria estratégica e do desenvolvimento do Mercosul para ambos os países. Ademais, a criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2005, e do Parlamento do Mercosul, em 2006, são provas da convergência política entre Argentina e Brasil, e são também considerados marcos para a integração regional no Cone Sul (CEPIK; PERGHER SILVA, 2012).

Ainda em 2004, a partir de proposta da diplomacia brasileira - e com o apoio argentino, como visualizado na Ata de Copacabana -, os doze Chefes de Estado da América do Sul, reunidos em Cuzco, na III Reunião de Presidentes Sul-Americanos, aprovaram a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA/CSN⁵). A CASA tinha por objetivo criar um espaço de cooperação e integração unindo o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), agregando como temas prioritários de sua agenda: o diálogo político, a integração física, o meio-ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, as assimetrias, a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social (PAGLIARI, 2009; GRANATO, 2015). Mais tarde, em 2008, a CASA foi substituída pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Encorajando a criação da CASA, o Brasil tinha um objetivo estratégico em que buscava tornar a América do Sul uma potência mundial política e econômica. Apesar de não desistir do projeto individual de se tornar uma potência mundial, o país passou a compreender que esse objetivo só seria alcançado a partir da parceria estratégica com a Argentina e, em uma segunda etapa, com a integração sul-americana (BANDEIRA, 2006). Nessa perspectiva, tanto para o Brasil quanto para a Argentina era importante que o Mercosul e a CASA se

⁵ No Brasil, costuma-se utilizar a sigla CASA, no entanto, nos demais países sul-americanos, também se utiliza a sigla CSN para a Comunidade Sul-Americana de Nações.

consolidassem “como um sistema econômico e político unificado, em um sistema mundial fortemente competitivo e violento em que os Estados Unidos tratavam de concentrar e congelar o poder mundial” (BANDEIRA, 2006, p. 295).

Apesar do aparente apoio argentino quanto à proposta da CASA, de acordo com Cortes e Creus (2009), inicialmente, a Argentina criticou o que considerou uma estratégia brasileira de liderança regional, bem como condenou o protagonismo atribuído à organização em detrimento do Mercosul. Ademais, criticou o fato de o Brasil não haver dado à Argentina, sua parceira estratégica, um tratamento diferenciado nas discussões e proposições acerca da nova estruturação regional (CORTES; CREUS, 2009).

Ao celebrarem o aniversário de 20 anos da Declaração de Iguazu, em 30 de novembro de 2005, Brasil e Argentina firmaram o Compromisso de Puerto Iguazú, o qual ressalta que:

A aliança entre Argentina e Brasil é a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destaca a importância do aprofundamento do Mercosul, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. (BRASIL; ARGENTINA, 2005, p. 1, grifo nosso).

Os chanceleres Celso Amorim e Rafael Bielsa também ressaltaram a importância histórica do dia 30 de novembro de 1985 como um marco do processo de aproximação e amizade entre os dois vizinhos sul-americanos. Ademais, destacaram que o Mercosul materializa o sentido dos acordos de 1985, constituindo “um projeto audacioso e efetivo, orientado para o desenvolvimento de nossas economias e para o fortalecimento da capacidade dos dois Estados de conduzir um processo de melhoria da qualidade de vida de nossos povos” sendo um “fator de estabilidade democrática no âmbito regional” que “irradia poderosa força de atração a toda a América do Sul” (AMORIM; BIELSA, 2005, s. p.).

No ano seguinte, Argentina e Brasil assinaram um acordo que previa restringir as importações se um país se considerasse afetado pelas exportações do outro. Buscavam, com isso, solucionar as controvérsias e evitar sua politização. Esse foi o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), firmado em 2006 no âmbito do Mercosul - Paraguai e Uruguai decidiram não aderir. O MAC representou uma importante convergência entre os dois principais membros do bloco, no entanto, não evitou uma série de divergências de difícil solução neste âmbito (CORTES; CREUS, 2009; RAPOPORT; MADRID, 2011). Além disso, Argentina e Brasil estabeleceram um mecanismo de coordenação e consulta periódica, de modo a manter reuniões presidenciais e reuniões ministeriais a cada seis meses e reuniões de vice-chanceleres a cada três meses (CORTES; CREUS, 2009).

Alguns fatores devem ser mencionados ao se analisar a forte convergência e o aprofundamento das relações bilaterais, bem como o fortalecimento da integração na América do Sul nos primeiros anos do século XXI. Nessa perspectiva, salienta-se a situação econômica favorável para os países da região, os quais contavam com um considerável crescimento do PIB, que proporcionou maior força aos interesses regionais e aos vínculos entre a Argentina e o Brasil (RAPOPORT, 2011).

Ainda assim, as divergências entre os dois países se fizeram presentes, uma vez que interesses individuais fizeram nascer ou renascer alguns conflitos pontuais, tencionando em alguns momentos a relação bilateral. Apesar dos desentendimentos, “a coincidência entre os líderes políticos da região foi um fator de peso que marcaria a primeira década do século” (RAPOPORT, 2017, p. 195, tradução nossa).

A partir do apresentado, a próxima seção dará ênfase ao período em que coincidem os governos de Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina, e de Lula da Silva, no Brasil, ou seja, entre os anos 2007 e 2010.

UMA INTENSA PARCERIA EM PROL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: A PRESIDÊNCIA DE CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER NA ARGENTINA E O GOVERNO LULÁ NO BRASIL (2007-2010)

Do mesmo modo que o governo anterior, o Governo de Cristina Fernández de Kirchner teve entre seus objetivos a manutenção da autonomia frente aos Estados Unidos e o fortalecimento da integração e da unidade regional, apoiando o aprofundamento da dimensão

política da integração no subcontinente, principalmente no que diz respeito ao Mercosul, mas também na Unasul, reforçando as relações estratégicas com o Brasil (LEÃO, 2020).

Em dezembro de 2007, os Ministros das Relações Exteriores dos dois países assinaram o documento de criação do Mecanismo de Cooperação e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina, formado por quatro subcomissões: 1) a Subcomissão de Economia, Produção, Ciência e Tecnologia; 2) a Subcomissão de Energia, Transporte e Infraestrutura; 3) a Subcomissão de Defesa e Segurança; e 4) a Subcomissão de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultural e Circulação de pessoas (FRACALLOSSI MORAES, 2010; MILANI, 2015).

Com esse Mecanismo, pretendia-se uma melhor delimitação e o acompanhamento das relações entre os dois países, identificando as questões estratégicas e prioritárias “para alcançar o desenvolvimento sustentado das capacidades culturais, econômicas, sociais, científicas e tecnológicas dos dois países” (BRASIL; ARGENTINA, 2007, p. 1, tradução nossa).

Outro avanço nos marcos do Mercosul foi a criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, decisão argentino-brasileira sobre a possibilidade de se utilizar as moedas nacionais, o Peso e o Real, nas transações comerciais entre ambos os países. O sistema contempla a todos os países membros, mas apenas Brasil e Argentina aderiram (RAPOPORT; MADRID, 2011; CORTES; CREUS, 2009).

A presidenta Cristina Fernández considerou a eliminação do dólar para as operações comerciais entre ambos os países como um símbolo cultural. Pela sua parte, Lula classificou o convênio como o passo inicial do que denominou

uma futura integração monetária regional. (CORTES; CREUS, 2009, p. 133, tradução nossa, grifo dos autores).

Já em fevereiro de 2008, quando da visita do Presidente Lula à Argentina, os presidentes frisaram, na Declaração Conjunta à Imprensa, a renovação de seu compromisso com o fortalecimento do Mercosul e ressaltaram a importância do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral. Apontaram ser este último “um marco significativo no aprofundamento da associação estratégica que une o Brasil e a Argentina, que se manifesta no sustentado e intenso progresso da relação e na vocação de dinamizar o processo de integração bilateral e regional” (BRASIL; ARGENTINA, 2008b, p. 2).

Meses depois, em setembro de 2008, a Presidente Cristina Fernández de Kirchner veio ao Brasil como convidada de honra para as comemorações do Dia da Pátria, o que novamente evidencia a relação de amizade mantida pelos presidentes e a significância da relação bilateral. Nessa ocasião, os presidentes se reuniram, no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, ressaltando a importância de sua “associação estratégica” e sua disposição de dar continuidade às negociações extrarregionais do Mercosul e aprofundar as negociações Sul-Sul (BRASIL; ARGENTINA, 2008a).

Também reiteraram o compromisso com o aprofundamento do Mercosul, considerado o “principal âmbito de integração regional para ambos os países do ponto de vista político, social e econômico-comercial” (BRASIL; ARGENTINA, 2008a, p. 1). Ressaltaram, ainda, a importância da formulação do Tratado Constitutivo da Unasul, reiterando seu compromisso com a integração sul-americana, visando intensificar o diálogo político e os laços econômicos e comerciais entre os países, destacando projetos de integração da infraestrutura regional (BRASIL; ARGENTINA, 2008a).

Além disso, entre os diversos assuntos tratados no encontro, os presidentes: demarcaram a importância de eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), sendo este considerado um passo fundamental para a consolidação da união aduaneira; saudaram a implementação do Focem, situando-o como um importante instrumento “para a correção das assimetrias entre os Estados membros do bloco”; e reiteraram o compromisso em instrumentalizar um sistema de apoio às pequenas e médias empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva como um passo no estabelecimento do Fundo Mercosul (BRASIL; ARGENTINA, 2008a, p. 1).

Apesar dos desentendimentos com relação à criação da CASA, a Unasul foi formada em 2008, com visível coordenação brasileira-argentina. Cristina Fernández - diferentemente do ocorrido na reunião de formação da CASA - foi à Reunião dos Presidentes Sul-Americanos e apoiou abertamente a iniciativa (CORTES; CREUS, 2009). Inclusive, Néstor Kirchner aceitou ser o primeiro Secretário Geral da organização,

atuando ativamente até seu falecimento, em 2010 (MILANI, 2015).

A Unasul deve ser compreendida como um dos “elementos do novo projeto político da integração concebido pelos presidentes do Brasil e da Argentina, e cujas premissas essenciais foram explicitadas no Consenso de Buenos Aires” (GRANATO, 2015, p. 186). Com a Unasul, a América do Sul ganhou sentido político, demarcando uma unidade sul-americana e configurando a ruptura do caráter exclusivamente econômico-comercial da integração regional (SIMÕES, 2019), bem como concretizou o subcontinente como uma região geopolítica (COSTA, 2009).

Ressalta-se que a América do Sul representa uma população superior a 370 milhões de habitantes (destes, 40 milhões de argentinos e 192 milhões de brasileiros que constituem juntos um mercado de 232 milhões de habitantes). Uma área de mais de 17 milhões de quilômetros quadrados, conta com grande variedade de recursos naturais, como petróleo, minerais, grandes reservas de gás e quase 30% da água doce do mundo; além de 8 milhões de quilômetros de bosques, a maior fronteira agrícola do mundo, o maior volume de biodiversidade e uma liderança na produção e exportação de alimentos (RAPOPORT; MADRID, 2011). Nessa perspectiva, reforça-se o potencial da região em projetar-se como um espaço econômico e geopolítico de grande peso no cenário internacional (RAPOPORT; MADRID, 2011, 2012; GRASSI, 2019b), objetivo demarcado de maneira direta e indireta nas constantes visitas, conversações e declarações dos presidentes brasileiro e argentino no período.

Ao destacar a temática, o ex-chanceler argentino, Jorge Taiana apontou:

A Unasul é uma hipótese distinta, mas responde a mesma pergunta: Como fazemos para organizar-nos em bloco em um mundo onde se não está em um bloco perde? E a resposta da Unasul é uma resposta distinta a da ALCA, que diz vamos atrás dos grandes e vamos na fila, vamos grudados como os ciclistas atrás do caminhão. O que diz Unasul é: entre nós, entre os que somos mais ou menos iguais, podemos em uma região, sobretudo América do Sul, armar algo entre nós. Esta é a proposta da Unasul (RAPOPORT, 2017, p. 193, tradução nossa).

Ainda em 2008, o Brasil propôs a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Com o apoio dos outros onze países sul-americanos, em 2009 oficializou-se a criação deste Conselho no âmbito da Unasul. A proposta do Conselho de Defesa foi amplamente apoiada pela Argentina. Inclusive, funcionários ligados ao setor de defesa de Argentina e Brasil mantiveram reuniões conjuntas visando “coordenar posições e *construir um pensamento estratégico comum*” (CORTES; CREUS, 2009, p. 137, tradução nossa, grifo nosso). Além disso, a Argentina concedeu grau de prioridade ao Conselho, engajando-se, inclusive, na criação do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED) da Unasul, com sede em Buenos Aires (MILANI, 2015). Além do CEED, mais tarde foi inaugurada a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), em Quito.

Em abril de 2009, a convite de Cristina Fernández de Kirchner, Lula visitou a Argentina, ocasião em que os dois presidentes avaliaram o estado de implementação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina, abordaram as variadas temáticas da agenda bilateral, ressaltando a importância da parceria estratégica entre os dois países, a qual vem obtendo “resultados concretos e tangíveis, assim como benefícios mútuos nas diversas áreas que compõem as relações bilaterais” (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 4-5).

Nesse encontro entre os diversos assuntos tratados, os países “manifestaram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e a rodada Doha, a fim de alcançar uma maior integração dos países em desenvolvimento na economia internacional” (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 1). Igualmente, “concordaram que o aumento da demanda por energia para permitir o desenvolvimento de nossos países torna urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos” (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 3).

Com relação à Unasul, Brasil e Argentina reconheceram a importância da consolidação da organização, salientando que a mesma “deve se transformar em um fator de unidade e de cooperação na América do Sul, criando sinergias positivas em áreas como o desenvolvimento da infraestrutura física regional, a potencialização de políticas sociais na região e a cooperação em matéria de defesa” (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 4). Já sobre o Mercosul, ressaltado em todos os documentos analisados, atenta-se novamente para seu papel central como ferramenta para o desenvolvimento econômico e social dos Estados membros. Na ocasião, os dois países afirmaram

coincidir

[...] que a *consolidação do Mercosul* como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região é um *elemento chave para enfrentar a atual crise econômica internacional*. Nesse sentido, ressaltaram a importância de coordenar ações no plano regional no marco da Política Comercial Comum e de aprofundar a integração comercial. [...] Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do Mercosul em sua dimensão política e social, em particular mediante a ativação do Instituto Social do Mercosul e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul. Nesse sentido, reafirmaram sua disposição em impulsionar os trabalhos relativos ao Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul, assim como em adotar programas e medidas específicas no âmbito social que atenuem os efeitos da atual conjuntura de crise financeira internacional na região (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 4, grifo nosso).

Em novembro de 2009, durante encontro realizado no Brasil, os presidentes “reiteraram a importância da consolidação da Unasul, que deve transformar-se em fator de unidade e de cooperação na América do Sul” (BRASIL; ARGENTINA, 2009b, p. 4). Na Declaração Conjunta, também apontaram questões relacionadas à integração física sul-americana, no âmbito do Cosiplan, e à cooperação e integração latino-americana e caribenha no âmbito da Cúpula da América Latina e o Caribe (CALC). Na ocasião, declararam:

[...] o interesse de ambos os países em acelerar a execução dos projetos prioritários para a integração física sul-americana, em especial nas áreas de infraestrutura, transportes e telecomunicações que integrem os países, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável e preservando o equilíbrio dos ecossistemas. [...] Renovaram o compromisso de avançar em direção da plena incorporação do âmbito de trabalho da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no marco do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul. [...] Decidiram seguir estudando a proposta de avançar na direção de uma instância regional para a América Latina e o Caribe como espaço político de expressão da unidade regional com base na experiência de concertação política no âmbito do Grupo do Rio e nos temas que estão sendo propostos na Agenda de Integração, Desenvolvimento e Cooperação promovida no âmbito da CALC (BRASIL; ARGENTINA, 2009b, p. 4).

Cortes e Creus (2009, p. 123, tradução nossa) afirmam que “durante o primeiro ano da gestão de Cristina Fernández e o segundo mandato de Lula, as relações entre Argentina e Brasil pareceram ser cordiais, com uma intensidade, denominada pelo governo argentino como inédita” Além disso, observa-se que a integração regional foi firmada como agenda prioritária na parceria estratégica bilateral, ambos se dedicaram a ampliar e consolidar a integração com ênfase na América do Sul. Apesar de proporem a iniciativa de ampliação dessa agenda para toda a América Latina, o projeto sul-americano permanece como ângulo central dos vizinhos. Com isso, após observar este período, a próxima seção abordará, de modo breve, o diálogo conjunto durante o governo de Dilma Rousseff e o governo de Cristina Fernández de Kirchner.

MANUTENÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA E O AVANÇO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: AS RELAÇÕES DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO ROUSSEFF E O GOVERNO DE FERNÁNDEZ DE KIRCHNER (2011-2014)

No governo Dilma Rousseff, buscou-se dar seguimento à agenda mantida pelo presidente anterior, com a defesa da integração regional e a manutenção da prioridade conferida à América do Sul e à Argentina. Apesar disso, esse período foi marcado por crises internas, pela menor atuação internacional e menor ativismo regional da presidente e limitações na condução da política externa, muito disso devido à conjuntura interna e externa, mas também pelo próprio perfil da governante⁶ (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020; SIMÕES, 2019).

Em janeiro de 2011, o chanceler argentino, Héctor Timerman, que veio ao Brasil para a posse da Presidente Dilma Rousseff, se reuniu com o Ministro de Relações Exteriores brasileiro, Antonio de Aguiar Patriota, ocasião em que exaltaram o excelente momento que atravessava as relações bilaterais, reafirmaram que a parceria estratégica entre os dois países é uma política de Estado e que essa sólida relação tem sido fator essencial para a consolidação do Mercosul e para o surgimento de novas iniciativas integracionistas como a Unasul (MREyC, 2011).

No final de janeiro desse mesmo ano, a presidente brasileira foi a Buenos Aires, em sua primeira viagem presidencial, onde se reuniu com a homóloga argentina, Cristina Fernández, tendo uma intensa agenda de conversação, tratando de diversos temas de cooperação e integração bilaterais e regionais. Nessa ocasião, as presidentes demonstraram seguir as conversações que vinham ocorrendo nos governos antecedentes, reiteraram o compromisso com a parceria estratégica e reforçaram a importância da mesma como eixo

⁶ Houve a diminuição das viagens internacionais e corte de orçamentos. Ademais, foi um período de recuperação dos países centrais após a crise e, por isso, a menor abertura para a atuação dos países emergentes, o que foi agravado com a paralisa da Rodada Doha, da OMC. Também foram observadas divergências no âmbito do Mercosul, com a entrada da Venezuela e a suspensão do Paraguai (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020).

constitutivo da integração regional (GRANATO, 2012).

As presidentes ainda ressaltaram a importância da colaboração bilateral em diversas áreas visando alcançar resultados benéficos para ambos os países e para o Mercosul como um todo, assim como destacaram “a importância do aprofundamento do Mercosul como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região, e a constituição da Unasul como fator de unidade e de cooperação na América do Sul” (BRASIL; ARGENTINA, 2011a, p. 1).

Outros pontos específicos, no âmbito mercosulino, destacados pelas presidentes foram:

[...] a importância de outorgar uma ampla difusão e plena vigência ao Selo Mercosul Cultural com vistas a facilitar a circulação de bens que formam parte de projetos culturais e fortalecer, assim, a integração cultural no Mercosul. [...] a necessidade de fortalecer os mecanismos de cooperação na formação de professores de português e espanhol. Nesse sentido, determinaram aos respectivos Ministros de Educação promover a consolidação de um programa de formação através de parcerias universitárias e financiamento de bolsas de estudo que permitam a estudantes de graduação em letras de um país cursar, com reconhecimento recíproco dos estudos, créditos semestrais ou créditos de verão em instituições universitárias do outro país. [...] Determinaram que as respectivas autoridades educacionais ampliem a promoção de mobilidade acadêmica de estudantes e professores universitários de graduação e pós-graduação, por meio de programas de intercâmbio. (BRASIL; ARGENTINA, 2011a, p. 5).

No mesmo dia, 31 de janeiro de 2011, as presidentes também assinaram o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Promoção Comercial Conjunta. Nesse documento, além de demonstrarem a convergência em diversos temas da agenda bilateral, ambas ressaltaram que, na busca por aprofundar a integração brasileiro-argentina, levava-se em consideração também os demais países do Mercosul, visando estimular o fortalecimento do bloco regional. Destacaram, ademais, que tal Memorando viria a facilitar a execução das decisões dos Coordenadores Nacionais da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul (BRASIL; ARGENTINA, 2011b).

Nesse momento, observou-se um claro empenho dos países da América do Sul – especialmente de Argentina e Brasil – em desenvolver políticas no Conselho de Defesa da Unasul para a proteção dos recursos naturais, entendendo-os como assunto estratégico para a integração sul-americana, já que para a defesa desses recursos eram necessárias ações conjunta (CEPIK; PERGHER SILVA, 2012).

Em abril de 2013, os Ministros de Defesa Arturo Puricelli, da Argentina, e Celso Amorim, do Brasil, firmaram a Declaração do Rio de Janeiro, na qual, entre os diversos temas abordados, “sublinharam a importância estratégica de projetos que, assim como a Unasul, contribuem para uma crescente integração, complementação e fortalecimento das capacidades produtivas dos países”. Ademais, ressaltaram “seu empenho em promover a realização, na América do Sul, de seminários e feiras que possam estimular a integração regional na área de ciência, tecnologia e produção de defesa” (BRASIL; ARGENTINA 2013b, p. 2, tradução nossa).

Em novembro do mesmo ano, os Ministros de Defesa Augustín Rossi e Celso Amorim mantiveram reunião de trabalho, ocasião em que “expressaram seu compromisso com o fortalecimento da identidade sul-americana de defesa, no marco do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)”, além de celebrarem a proposta de criação da Escola Sul-Americana de Defesa, (ESUDE), realizada em reunião na cidade de Buenos Aires, em outubro de 2013 (BRASIL; ARGENTINA, 2013a, p. 1, tradução nossa). Nesse sentido, destacaram a característica descentralizadora da Escola, a qual permitiria que todos os países membros da Unasul ofertassem cursos, promoveria o intercâmbio entre especialistas e profissionais da região e estimularia ainda mais o diálogo e a cooperação entre os Estados (BRASIL; ARGENTINA, 2013a). Desse modo, as relações Brasil-Argentina permanecem como o eixo sustentador da integração sul-americana e, principalmente, do Mercosul, sendo o êxito ou o fracasso do bloco diretamente associado à evolução dessas relações bilaterais (RAPOPORT; MADRID, 2011 e 2012). O eixo bilateral foi fundamental como “base política do reordenamento do Mercosul” e a partir do esforço conjunto o bloco passou a agregar as dimensões política e societal, que não estavam previstas no Tratado de Assunção (SARAIVA, 2012, p. 137).

A parceria entre os dois países já foi posta como o “elemento chave para uma maior governabilidade sul-americana a qual se constrói sob os alicerces da cooperação e confiança mútua, e que se materializa na estabilidade política” (CEPIK; PERGHER SILVA, 2012, p. 21). A parceria estratégica revigorada desde a ascensão de Néstor Kirchner e Lula, mesmo com as heterogeneidades e divergências que ainda persistem entre os dois países, pauta-se nessa leitura de governabilidade regional (CEPIK; PERGHER SILVA, 2012).

Nesse sentido, cabe destacar que apesar das dificuldades enfrentadas e do longo caminho para o avanço nos diversos eixos dessa parceria estratégica e da integração na região, Brasil e Argentina possuem um papel decisivo de liderança no projeto integracionista sul-americano. Para Gullo (2006, p. 155, grifo nosso):

A aliança argentino-brasileira é o único caminho real da unificação da América do Sul. Os dois países são o núcleo básico aglutinador. Como foram a França e a Alemanha para a Europa. A unificação da América Latina só pode começar com a unidade da América do Sul, e a unidade da América do Sul só pode ser estruturada a partir da unidade argentino-brasileira. Sem a aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil não há unidade sul-americana possível porque, imediatamente, se configurariam blocos rivais. Grupos de países mais propensos a apoiar a Argentina e outros o Brasil. O império faria o resto: "Divide e reinarás".

Apesar disso, percebe-se que o esforço conjunto para assegurar a formação de um bloco de poder regional autônomo, possibilitou o alargamento da integração regional, bem como, ao mesmo tempo, garantiu o estreitamento dos laços bilaterais, mas não foi suficiente para evitar que as mudanças de governo e as crises políticas internas abalasses a parceria estratégica e danificassem drasticamente o projeto integracionista em curso. Sendo assim, a seção final deste artigo traça brevemente alguns dos retrocessos ocorridos nos últimos, demonstrando como tais mudanças na agenda dos vizinhos impactaram a integração na América do Sul.

AS RELAÇÕES BILATERAIS E A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA NO PERÍODO POSTERIOR AOS GOVERNOS PROGRESSISTAS

Apesar dos inúmeros avanços demonstrados tanto na parceria bilateral quanto para a integração regional, nos últimos anos – desde as Presidência de Michel Temer e Jair Bolsonaro, no Brasil – as relações com a Argentina passaram por um período de esfriamento e a integração regional foi sendo relativamente paralisada. Considera-se o período após 2016 como um dos momentos de maiores dificuldades e crise da integração regional.

A presidência de Mauricio Macri (2015-2019), na Argentina, foi caracterizada pela retomada da agenda neoliberal e o estreitamento das relações com os Estados Unidos, assim como foi marcada pela crise econômica e social. Observou-se que o eixo econômico se tornou prioridade para os países em termos de cooperação e integração regional, defendendo o regionalismo aberto. A ascensão de Michel Temer (2016-2018) no Brasil possibilitou relações mais próximas entre os dois Estados diante da proximidade de suas agendas político-econômicas, os quais defenderam a ênfase de políticas comerciais no Mercosul. Da mesma forma, por exemplo, nesse período ambos os países se voltaram à Organização dos Estados Americanos (OEA) para a resolução dos conflitos regionais, em detrimento da Unasul, como foi observado durante a crise venezuelana, mantendo o alinhamento à política externa de Donald Trump (LEÃO, 2020).

Durante o governo Temer, houve alterações significativas na condução do projeto posto em prática pelos governos anteriores, tanto em nível doméstico quanto regional. Ademais, esse período foi marcado por fortes turbulências econômicas e políticas, retração da política externa brasileira e crise democrática (SEABRA et al, 2017; ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020), uma vez que as ações foram tomadas por um governo interino, que ascendeu ao poder por meio de um impeachment questionável, no mínimo, e sem a legitimidade das eleições, portanto.

Diante da agenda neoliberal na América do Sul, a implementação de políticas econômicas ortodoxas, as divergências e conflitos entre os países, o afastamento da agenda regional e a aproximação com os Estados Unidos, a falta de interesse político para a integração regional e a conjuntura internacional desfavorável (SEABRA et al, 2017; JAEGER, 2019; LEÃO, 2020), a Unasul passou por uma grave crise interna, principalmente após janeiro de 2017, quando o então secretário geral, Ernesto Samper, deixou o cargo. Os países membros não chegaram a um consenso para indicar um substituto e a Secretaria Geral da organização ficou vaga desde então (SANAHUJA; COMINI, 2018; JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020; LEÃO, 2020). Ademais, ressalta-se o posicionamento crítico de Samper diante do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o que não foi bem-visto pelos partidos da oposição:

A crítica não foi bem recebida no Brasil, assim como sua assinatura em um manifesto de defesa da candidatura do ex-presidente Lula às eleições gerais de 2018. Em sua crítica, Samper advertiu que o processo contra a presidente viria a representar uma ruptura e deixava o Brasil exposto à aplicação da cláusula democrática da UNASUL (SIMÕES, 2019, p. 10).

A situação da Unasul frente a crise da Venezuela também agravou a situação entre os países membros. Com tudo isso, o diálogo entre os membros foi seriamente afetado e, em abril de 2018, Argentina, Colômbia, Chile, Brasil, Paraguai e Peru anunciaram a suspensão de suas atividades por tempo indeterminado (SANAHUJA; COMINI, 2018; ZARPELON, 2018; JAEGER, 2019; SIMÕES, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020). Após, em agosto de 2018, a Colômbia anunciou que sairia da Unasul e, em seguida, outros países como Equador, Peru, Paraguai, Brasil, Argentina e Chile.

Após o colapso da Unasul, os países iniciaram a criação do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul) - em substituição à Unasul -, um espaço que não se constitui como um bloco de integração, visto que não dispõe de uma estrutura concreta, sede e nem possui um processo efetivo de coordenação entre os Estados (BRICEÑO-RUIZ, 2020; SILVA; GRASSI, 2022). Nesse contexto, observou-se a ruptura de um projeto de integração multidimensional e da proposta da América do Sul como uma região geopolítica autônoma, coesa e influente. Ampliou-se, assim, a vulnerabilidade da região diante das pressões e ingerências das grandes potências e das crises políticas, econômicas e sanitárias que a região viria a enfrentar logo a seguir (ARAÚJO; NEVES, 2021; SILVA; GRASSI, 2022).

Visivelmente, neste período buscou-se romper com o legado dos governos progressistas para a região durante os anos de fortalecimento da Unasul. Diante desse novo contexto de ascensão do conservadorismo, surge uma ideia de “desideologização” do projeto integracionista (SIMÕES, 2019).

A grande questão parece ser a troca de blocos regionais em detrimento da mudança de governo nos países. Na retórica, essa perspectiva se liga a um discurso recente acerca da flexibilização dos organismos internacionais. Na prática, quer dizer que novos governos chegam ao poder e apontam que as dinâmicas regionais estabelecidas em outros governos são engessadas e enviesadas. Logo, existe a necessidade de se criar outro bloco e conseqüentemente inicia-se um processo de overlapping de regionalismos. (SIMÕES, 2019, p. 13).

De forma mais acentuada, as relações Brasil-Argentina e a agenda bilateral para a integração passam por um período ainda mais nebuloso com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil. Antes mesmo de tomar posse, o novo Governo já demonstrava discurso contrário a integração sul-americana, anunciava-se que a Argentina e o Mercosul não seriam prioridade – classificando, inclusive, o bloco como restritivo e ideológico - assim como se demonstrava que a prioridade brasileira seria a aproximação com os Estados Unidos (AVEDAÑO, 2018; BULLA, 2018; CARMO, 2018; FERNANDES, 2018; GOSMAN, 2018; ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020).

Após a posse, durante visita de Macri ao Brasil, Bolsonaro declarou a necessidade de aperfeiçoar o Mercosul, propor nova agenda de trabalho e torná-lo mais “enxuto”⁷, acrescentando que o Brasil “preza muito pela relação de amizade e cooperação” com a Argentina, e que a mesma deve ser fortalecida (MAZUI, 2019; LANDIM, 2019). Ainda, ressalta-se que Bolsonaro rompeu com uma tradição dos últimos presidentes brasileiros, na qual a primeira visita presidencial tinha como destino a Argentina (GOSMAN, 2018; FIGUEIREDO, 2018).

Diante da vitória do candidato da esquerda, Alberto Fernandez (2019-), nas últimas eleições argentinas, Bolsonaro afirmou que não congratularia o novo presidente e que acreditava que a Argentina havia escolhido mal. Declarou também que o Brasil não pretende sair do Mercosul, mas cogitou a possibilidade de afastar a Argentina do bloco caso esta venha a ferir alguma cláusula do acordo. Por outro lado, nesse período, Fernandez deixava claro sua posição de amizade em relação ao ex-presidente Lula, rival político de Bolsonaro (PINTO, 2019; BRICEÑO-RUIZ, 2020; SILVA; GRASSI, 2022).

Em 2021, durante a reunião comemorativa dos 30 anos de criação do Mercosul, também ficou visível as amplas divergências e a debilitada relação entre os governos e Brasil e Argentina. Como exemplo, cita-se o fato de a Argentina ter sido ignorada pelo Brasil na ocasião e o desconforto gerado ao Brasil pela proposta argentina de criação de um observatório de qualidade democrática e um voltado ao meio ambiente. Cabe também apontar as divergências quanto às propostas de flexibilizações e reduções da TEC, as quais são apoiadas por Brasil e repudiadas pela Argentina (ARAÚJO; NEVES, 2021; SILVA; GRASSI, 2022) – tais propostas, inclusive, são contrárias às iniciativas para a consolidação da união aduaneira, enfatizadas em declarações conjuntas de governos precedentes, conforme observado anteriormente.

Com posições políticas extremamente opostas, as relações bilaterais, historicamente marcadas pela diplomacia presidencial,

⁷ Ou seja, mais focado nos aspectos comerciais e menos politizado (LANDIM, 2019).

passaram por diversos constrangimentos, o que, conseqüentemente, travou as conversações no âmbito do Mercosul e enfraqueceu o bloco. Percebeu-se, portanto, as conturbadas relações estabelecidas entre os vizinhos e, ao mesmo tempo, o esvaziamento do projeto de integração regional autônomo, com o desmantelamento de projetos de integração e a busca por estabelecer uma agenda neoliberal na região (ARAÚJO; NEVES, 2021; SIMONOFF, 2021; SILVA; GRASSI, 2022).

Nessa perspectiva, ocorreu uma brutal reversão da política externa brasileira das últimas décadas, com um alinhamento automático aos Estados Unidos, a entrega da soberania nacional, o isolamento internacional, assim como o esvaziamento da América do Sul como prioridade do país. Inclusive, o termo “América do Sul” não apareceu nenhuma vez no plano de governo de Bolsonaro (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020). Com isso, as relações bilaterais nesse período têm sido qualificadas como em seu pior momento em décadas (SIMONOFF, 2021).

Contudo, como bem expõe Amorim (2009, p. 21), deve-se considerar que “fortalecer a América do Sul é indispensável [também] para a integração da América Latina e Caribe. Até porque, é necessário criar um pólo magnético alternativo que possa também ser um polo de atração, econômico, cultural, empresarial, etc”, e é isso que buscou-se fazer no período analisado nesta pesquisa.

Na perspectiva de Cepik (2008), o processo de integração sul-americano poderia vir a ser um dos polos de poder mais dinâmicos do século XXI, mas, para isso, precisaria resolver duas dificuldades centrais que dificultam o avanço da integração no subcontinente:

Por um lado, a incorporação de uma dimensão de segurança comum na agenda da integração, essencial em um contexto internacional de fortes pressões assimétricas e transformação das bases do poder militar com repercussão direta nas balanças regionais. Por outro lado, o desafio da integração passa pela criação de uma identidade cultural e cívica comum, o que numa região tão marcada por desigualdades sociais só pode ser realizado por meio de uma abordagem radicalmente multinacional e socialmente inclusiva. (CEPIK, 2008, p. 4).

Por fim, Jaguaribe (2005, p. 50) ressaltava que no sistema multipolar, “uma América do Sul integrada e satisfatoriamente desenvolvida, seria um dos grandes interlocutores internacionais”. Desse modo, cabe à Argentina e ao Brasil, assim como todos os países sul-americanos, escolherem seu destino, pois, como já dizia Juan Domingo Perón: “O século XXI nos encontrará unidos ou dominados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se compreender que a integração regional, além de ser um eixo essencial para a parceria estratégica Brasil-Argentina - uma vez que os dois países têm, historicamente, impulsionado mecanismos integracionistas na América do Sul -, pode ser considerada também um eixo estruturador das relações bilaterais, já que o estreitamento das relações regionais e aprofundamento dos mecanismos de integração no subcontinente impulsionaram o fortalecimento de mecanismos bilaterais de cooperação.

A preocupação compartilhada pelos dois países no que diz respeito ao aprofundamento da coordenação política, dos laços cooperativos e da integração no subcontinente fez-se frequentemente presente nos encontros, reuniões e diálogos presidenciais e ministeriais do período compreendido pelos governos de Lula-Dilma e Néstor-Cristina Kirchner, levando ao fortalecimento dos próprios laços bilaterais, no intento de elevar a posição internacional da América do Sul. Observa-se um destacado papel dos dois países no que diz respeito ao desenvolvimento do Mercosul e da Unasul e os mecanismos de cooperação e integração dos blocos – principalmente do Mercosul - permearam a cooperação bilateral em temas econômicos-comerciais, culturais, políticos e sociais, como nas áreas de ciência, tecnologia e educação.

Assim, resumidamente, nesse período, além das questões comerciais, o Mercosul avançou na parte social e na resolução de assimetrias, com a criação do Focem, nas questões relativas à movimentação de pessoas, bem como na parte política, principalmente com a instalação do Parlamento do Mercosul. A IIRSA também obteve avanços significativos, com as obras de infraestrutura interligando a América do Sul de norte a sul e do Atlântico ao Pacífico. Quanto à Unasul, essa foi um grande passo na integração sul-americana, envolvendo temas que vão desde defesa, infraestrutura, energia, ciência e tecnologia, crime organizado e tráfico de drogas até questões de

saúde, educação, cultura e desenvolvimento socioeconômico (AMORIM, 2009).

Desse modo, como visualizado neste artigo, durante os governos Lula da Silva e Néstor Kirchner o relacionamento bilateral foi aprofundado e a integração regional, com destaque ao Mercosul, foi posta como prioritária para ambos os países, os quais buscaram trabalhar coordenadamente em temas da agenda regional, além de buscar desfazer e evitar possíveis desconfiâncias e conquistar maiores níveis de autonomia regional. Durante os governos de Dilma e Cristina procurou-se manter o relacionamento do modo como vinha sendo manejado pelos presidentes anteriores, embora não tenha sido tão intenso como nos governos anteriores.

Contudo, nos últimos anos, com a onda neoliberal e o movimento conservador nos países sul-americanos, observou-se tentativas de romper com o legado dos governos progressistas e um processo intencional de esvaziamento dos processos da integração com o desmantelamento da Unasul e a retomada da ideia de Mercosul comercial. Ressalta-se também que, na América do Sul, há a problemática de não haver políticas de Estado consolidadas, o que faz com que as políticas para a região fiquem reféns da política partidária de cada governo.

Ademais, com a ascensão do governo Bolsonaro no Brasil, e principalmente após o retorno de um partido progressista Kirchnerista na Argentina, as relações entre os dois países passam por momentos de grandes divergências e possíveis enfrentamentos e, por consequência, os diálogos e trabalhos conjuntos em prol da integração regional se tornaram ínfimos, podendo deteriorar largamente os avanços obtidos pela parceria estratégica nas últimas décadas. Tendo isso em vista, pode-se afirmar, inclusive, que alguns obstáculos históricos entre os países ainda não foram completamente resolvidos, o que torna possível esses retrocessos na parceria estratégica bilateral.

Por fim, cabe questionar os caminhos que tomará o projeto integracionista para a região com o retorno da convergência política entre os dois países e o consequente estreitamento da parceria estratégica bilateral a partir da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais brasileiras em outubro de 2022. Caberá compreender sobre quais bases será construída uma possível nova onda do regionalismo, que estruturas poderão ser resgatas e aprofundadas e quais serão substituídas.

Importa ressaltar, por fim, que se Brasil e Argentina aspiram aumentar suas margens de autonomia, melhorar seus níveis de desenvolvimento econômico e social e garantir melhor posicionamento em nível internacional, devem agir conjuntamente e regionalmente, pois isolados não os alcançarão satisfatoriamente. Sozinhos não serão capazes de lograr papéis de sujeitos efetivos na política internacional. Portanto, a parceria estratégica bilateral e a integração regional são os melhores caminhos que ambos os países possuem.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marianna; MEDEIROS, Josué (2020). **A crise da democracia no Brasil: do lulismo ao bolsonarismo**. In: LIMA, Maria Regina Soares et al (Org.). América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Multifoco. p. 52-69.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de (2004). **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 74, n.1, jan./jun., p. 162- 184.
- AMORIM, Celso (2009). **A integração sul-americana**. Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política. Projeto Raul Prebisch, n. 10, out./dez. p. 5-26.
- AMORIM, Celso; BIELSA, Rafael (2005). **O dia 30 de novembro e a amizade Brasil e Argentina**. Folha de São Paulo, 30 de novembro de 2005. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3011200503.htm>>. Acesso em: 07/07/2021
- ARAÚJO, Flavia Loss de; NEVES, Bárbara Carvalho (2021). **Regionalismo, crise venezuelana e a pandemia do COVID-19: o impacto da fragmentação regional no cenário atual (2013-2020). Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 12 n. 58, p. 19-37, abr./jun.
- AVEDAÑO, Tom (2018). **Estados Unidos, um aliado acima de todos para o Brasil de Bolsonaro**. El País. Internacional. São Paulo, 30 de novembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/29/internacional/1543517200_635889.html>. Acesso em: 07/07/2021

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2006). **O Brasil e a América do Sul**. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antonio Carlos (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. v.1. São Paulo: Saraiva.
- BIDARRA, Beatriz Soares; GRASSI, Jéssica Maria; KERR OLIVEIRA, Lucas (2020). **A crise da Unasul pelas agências internacionais de notícias: a veiculação do colapso da integração regional Sul-americana pela mídia**. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 207-238.
- BIELSA, Rafael (2004). **A política externa da Argentina no quadro da integração regional**. *Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política*. Projeto Raul Prebisch, Brasília, 1(1), out./dez., p. 5-21.
- BRASIL; ARGENTINA (2013a). **Declaración Conjunta de los Ministros de Defensa de la República Federativa del Brasil y de la República Argentina**. Brasília, 21 de novembro de 2013(a). Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/mes11/borrador_castellano_final.pdf>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2013b). **Declaración de Rio de Janeiro de los Ministros de Defensa de Argentina e Brasil**. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2013(b). Disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=kp2lm5M=>>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2011a). **Declaración Conjunta. Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011(a). Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/declaracao-conjunta-visita-oficial-da-presidenta-da-republica-federativa-do-brasil-dilma-rousseff-a-presidenta-da-republica-argentina-cristina-fernandez-de-kirchner>>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2011b). **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a promoção comercial conjunta**. Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011(b). Disponível em: <<http://daimre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/memorando-de-entendimentoentre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentinapara-a-promocao-comercial-conjunta>>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2009a). **Declaración Conjunta. Visita de Trabalho à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva**. Cidade de Buenos Aires, 23 de abril de 2009(a). Disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=mqGkmw==>>
- _____. (2009b). **Declaración Conjunta. Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. Brasília, 18 de novembro de 2009(b). Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6561>>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2008a). **Declaración Conjunta. Visita de Estado ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. Brasília, 8 de setembro de 2008(a). Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_208>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2008b). **Declaración Conjunta. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Buenos Aires, 22 de fevereiro de 2008(b). Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_28>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2007). **Constitución del Mecanismo de Cooperación y Coordinación Bilateral Argentina-Brasil**. Montevideo, 18 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=mp6mng==>>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2005). **Compromiso de Puerto Iguazú. Desenvolvimento, Justiça e Integração**. Puerto Iguazú, 30 de novembro de 2005. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_202>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2004). **Ata de Copacabana. Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade**. Rio de Janeiro, 16 de março de 2004. Disponível em: <http://www.contexto.org/pdfs/actas_copacabana.pdf>. Acesso em: 07/07/2021
- _____. (2003). **Consenso de Buenos Aires**. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_92/at_download/arquivo>. Acesso em: 07/07/2021
- BRICEÑO-RUIZ, José (2020). **Da crise da pós-hegemonia ao impacto da Covid-19: o impasse do regionalismo latino-americano**. *Revista Cadernos de Campo*. Araraquara, n. 29, jul./dez. p. 21-39.
- BULLA, Beatriz (2018). **Assessor de Trump fala em “oportunidade histórica” para o relacionamento com o Brasil**. *Estadão*. São Paulo, 27 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,assessor-de-trump-fala-em-oportunidade-historica-para-relacionamento-com-brasil,70002624235>>. Acesso em: 07/07/2021
- CARMO, Márcia (2018). **Bolsonaro presidente: declarações de Paulo Guedes sobre Mercosul surpreendem membros do bloco**. *BBC Brasil*. Buenos Aires, 30 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46026331>>. Acesso em: 07/07/2021

- CEPIK, Marco (2008). **América do Sul: economia & política da integração regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- CEPIK, Marco; JORNADA, Helena; BORDA, Pedro (2012). **Argentina: segurança, política e Relações Bilaterais com o Brasil**. In: DATHEIN, Ricardo (org.). **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. v. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 141-152.
- CEPIK, Marco; PERGHER SILVA, Natasha (2012). **A política da integração regional da Argentina na Era Kirchner. Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, dez./mar. p. 15-30.
- CORTES, Maria Julieta; CREUS, Nicolas (2009). **Argentina-Brasil: intensidad variable en una relación estratégica inevitable**. In: LECHINI, Gladys; KLAGSBRUNN, Victor; GONÇALVES, Williams (Org.). **Argentina y Brasil: venciendo preconceptos: las variadas aristas de una concepción estratégica**. Rio de Janeiro: Revan. p. 117-139
- COUTINHO, Carolina Rigotti (2012). **Relações triangulares e em eixo: uma análise das relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos entre 1990 e 2010**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- COUTO, Leandro Freitas (2020). **A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul**. Oikos, v. 5, n. 1. p. 1-18.
- COSTA, Darc Antonio da Luz (Org.) (2011). **América do Sul: integração e infraestrutura**. Rio de Janeiro: CapaxDei.
- COSTA, Wanderley Messias da (2009). **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração**. Confins. São Paulo, n.7, out. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/6107>>. Acesso em: 07/07/2021
- DIAS, Otávio (2017). **Brasil e Argentina: Devem os dois países atuar juntos num mundo em fragmentação?** Fundação FHC. 25/04/2018. Apontamentos do jornalista Otávio Dias sobre o seminário realizado na Fundação FHC com a participação de Hussein Kalout e Celso Lafer. Disponível em: <<http://fundacaofhc.org.br/debates/brasil-e-argentina-devem-os-dois-paises-atuar-juntos-num-mundo-em-fragmentacao>>. Acesso em: 07/07/2021
- ESCODÉ, Carlos (1999). **Argentina y sus alianzas estratégicas**. p. 75-88. In: ROJAS ARAVENA, Francisco (Ed.). **Argentina, Brasil y Chile: integración y seguridad**. Caracas, Venezuela: Editora Nueva Sociedad.
- FERNANDES, Talita (2018). **Após vitória nas urnas, Paulo Guedes reforça medidas econômicas defendidas na campanha**. Folha de São Paulo, 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/paulo-guedes-chama-mercosul-de-ideologico-e-diz-que-bloco-nao-sera-prioridade.shtml?utm_so...>. Acesso em: 07/07/2021
- FIGUEIREDO, Janaina (2018). **Anúncio de viagem de Bolsonaro ao Chile demonstra mudança na política externa**. O Globo, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/anuncio-de-viagem-de-bolsonaro-ao-chile-demonstra-mudanca-na-politica-externa-23196994>>. Acesso em: 07/07/2021
- GOSMAN, Eleonora (2018). **Bolsonaro ignora Argentina em sua primeira viagem como presidente eleito**. Clarín. Buenos Aires, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/brasil/bolsonaro-ignora-argentina-em-sua-primeira-viagem-presidente-eleito_0_JhTI-3HJc.html>. Acesso em: 07/07/2021
- GRANATO, Leonardo (2015). **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. Curitiba: Appris.
- _____. (2012). **As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação**. Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, ago./dez. p. 69-95.
- GRASSI, Jéssica Maria (2019a). **Geopolítica de Brasil e Argentina: percepções sobre a América do Sul e as relações bilaterais**. **Revista Neiba – Cadernos Brasil-Argentina**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-25.
- _____. (2019b). **Parceria estratégica nas Relações Internacionais: aportes teóricos e o caso do Brasil**. Brazilian Journal of International Relations. Marília, v. 8, n. 3, set./dez. p. 616-650.
- GULLO, Marcelo (2006). **Argentina-Brasil: a grande oportunidade**. Rio de Janeiro: MauadX.
- HONÓRIO, Karen Santos (2013). **O significado da iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo.
- JAEGER, Bruna Coelho (2019). **Crise e Colapso da Unasul: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora**. Conjuntura Austral. Porto Alegre, v. 10, n. 49, jan./mar. p. 5-12.
- _____. (2014). **A integração infraestrutural sul-americana: impactos sobre a estratégia e a geopolítica regional**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- JAGUARIBE, Hélio (2005). **Aliança argentino-brasileira**. Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Projeto Raul Prebisch, Brasília, v. 1, n. 2, jan./mar.
- _____. (2004). **Argentina-Brasil: una alianza necesaria**. Revista Aportes para el Debate. Disponível em: <<https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/22/01.pdf>>. Acesso em: 07/07/2021
- KERR OLIVEIRA, Lucas (2014). **A questão das fronteiras diante dos desafios das transformações tecnológicas e da formação de blocos regionais**. In: HAHN, Maria da Graça; MARTINS, José Miguel Quedi; KERR OLIVEIRA, Lucas (Orgs.). Casas de União: Políticas Públicas e Regiões de Fronteira. Porto Alegre: ISAPE. p. 81-114.
- KERR OLIVEIRA, Lucas; MARQUES, Teresa Cristina Schneider (2015). **A Infraestrutura da Integração Regional e a Integração Brasil-Uruguai**. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider (Org.). Fronteiras e relações Brasil-Uruguai. Porto Alegre: Ed. PUC-RS. p. 109-126
- LAFER, Celso (1997). Relações Brasil-Argentina: alcance e significado de uma parceria estratégica. Contexto Internacional. v. 19, n. 2, jul./dez., p. 249-265.
- LANDIM, Raquel (2019). **O que pode mudar no Mercosul no governo Bolsonaro?** Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/o-que-pode-mudar-no-mercosul-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 07/07/2021
- LEÃO, André Pimentel Ferreira (2020). **A política externa e a conjuntura econômica da Argentina (2003-2018): entre o distanciamento e o retorno do neoliberalismo**. In: LIMA, Maria Regina Soares et al (Org.). América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Multifoco. p. 16-32.
- LESSA, Antônio Carlos (2009). **No canteiro das ideias: uma reflexão sobre o conceito de parceria estratégica na ação internacional do Brasil à luz das suas relações com a União Europeia**. In: REZENDE MARTINS, Estevão C.; GOMES SARAIVA, Miriam [org.]. Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020. P. 97- 105. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- MAZUI, Guilherme (2019). **Ao lado de Macri, Bolsonaro diz que quer aperfeiçoar Mercosul e fortalecer relação com a Argentina**. G1, 16 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/ao-lado-de-macri-bolsonaro-diz-que-quer-aperfeicoar-mercosul-e-fortalecer-relacao-com-a-argentina.ghtml>>. Acesso em: 07/07/2021
- MARIANO, Karina L. Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart (2021). **Três décadas de Mercosul: institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração**. Lua Nova, São Paulo, n. 112, p. 147-179.
- MILANI, Livia Peres (2015). **A cooperação regional desde uma perspectiva argentina: mudanças de concepção e reações frente a projetos brasileiros**. Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA). Brasília, n. 21, set./dez. p. 45-58.
- MREyC (2011). **Brasil – Argentina: Timerman se reunió con Patriota en la primera reunión bilateral**. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Comunicados. Buenos Aires, 2 de janeiro de 2011. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/argentina-brasil-timerman-se-reunion-con-patriota-en-la-primera-reunion>>. Acesso em: 07/07/2021
- PADULA, Raphael (2010). **Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PAGLIARI, Graciela de Conti (2009). **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.
- _____. (2006). **Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 79, n. 1, p. 26-42.
- PINTO, Ana Estela de Souza (2019). **Bolsonaro lamenta eleição de Fernández e diz que não vai cumprimentar argentino**. Folha de São Paulo. Abu Dhabi, 28 de outubro de 2019. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/bolsonaro-lamenta-eleicao-de-fernandez-e-diz-que-nao-vai-cumprimentar-argentino.shtml>>. Acesso em: 07/07/2021
- OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira (2012). **Brasil e Argentina sob Lula e Kirchner(s): percepções de política externa e efeito sobre o Mercosul (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RAPOPORT, Mario (2017). **Política internacional argentina: desde la formación nacional hasta nuestros días. Buenos Aires: Capital Intelectual**.
- RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo (2012). **¿Una alianza estratégica entre Argentina y Brasil?** Iberoamericana, Foro de Debate, v. 12, n. 46, p. 175-181.
- _____. (2011). **Argentina-Brasil: de rivales a aliados**. Buenos Aires: Capital Intelectual.

- SANAHUJA, José Antonio; COMINI, Nicolás (2018). **Los gobiernos de la nueva derecha y la estrategia de la silla vacía en UNASUR.** Open Democracy. 07 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/jos-antonio-sanahuja-nicol-s-comini/los-gobiernos-de-la-nueva-derecha-y-la-estrategia>>. Acesso em: 07/07/2021
- SARAIVA, Miriam Gomes (2012). **Encontros e Desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira.** Belo Horizonte: Fino Traço.
- SEABRA, Pedro; RODRIGUEZ, Júlio C.; GARCIA DA SILVA, Luiz Eduardo; FONSECA, Carmen (2017). **O impacto da crise na Política Externa do Brasil.** Iberoamericana, v. 17, n. 66, p. 207-229.
- SILVA, Ana Karolina Morais da; GRASSI, Jéssica Maria (2022). **Impactos da disputa geopolítica entre as grandes potências no Sul Global: desestabilização e (des)integração sul-americana.** Conjuntura Austral, v. 13, n. 61, p. 33-46.
- SIMÕES, Renata Moraes (2019). **A modificação da postura brasileira na Unasul: da criação à formalização da saída do bloco (2008-2019).** Revista NEIBA - Cadernos Argentina-Brasil. Rio de Janeiro, v. 8, p. 01-08.
- SIMONOFF, Alejandro (2021). **Mercosur como Política Exterior Argentina y sus Desafíos Actuales.** Lua Nova, São Paulo, n. 112, p. 123-146.
- TABORDA, Ana; ROLANDO, Lis; FLORO, Matilde (2010). **Argentina y el MERCOSUR: Alianzas estratégicas con Brasil y Venezuela (2003 - 2009).** V Congreso de Relaciones Internacionales. La Plata, Argentina.
- VISENTINI, Paulo Fagundes (2008). **Relações internacionais do Brasil: de Vargas à Lula.** São Paulo: Rio de Janeiro.
- ZARPELON, Janiffer Tammy Gusso (2018). **A política externa brasileira no Governo Temer: continuidade ou ruptura. 4º Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI),** Foz do Iguaçu, 27 e 28 de setembro.